

ATA DA 154ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA) ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

5
6 As nove horas do dia oito de agosto de dois mil e sete, na sala quatrocentos e
7 vinte e cinco do Edifício Anexo II do Ministério da Justiça, Brasília - DF, teve
8 início a 154ª (centésima quinquagésima quarta) reunião ordinária do Conanda,
9 com os seguintes objetivos: 1) Apresentar a sistematização da audiência
10 pública sobre os parâmetros de criação e funcionamento do Fundo dos Direitos
11 da Criança e do Adolescente; 2) Subsidiar a elaboração de diretrizes da política
12 de atendimento dos direitos das crianças indígenas; e, 3) Definir proposta de
13 pauta para a Assembléia Descentralizada que acontecerá em Campo Grande -
14 MS, em outubro de dois mil e sete. A reunião foi presidida pela Senhora
15 Carmem Silveira de Oliveira, Presidente do Conanda e contou com a
16 participação dos conselheiros Leandro da Costa Fialho, Ministério da
17 Educação; Ricardo do Nascimento Avelar Fonseca, Ministério do Esporte;
18 Rogério Baptista Teixeira Fernandes, Ministério da Fazenda; Eduardo Basso,
19 Ministério da Previdência Social; Luseni Maria Cordeiro de Aquino, Ministério
20 do Planejamento, Orçamento e Gestão; Cristina de Fátima Guimarães,
21 Secretária Especial de Políticas de Promoção da Política da Igualdade Racial;
22 Alda Elisabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria -
23 SBP; Antonio Pereira da Silva Filho, Federação Nacional dos Empregados em
24 Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas; Ariel de Castro Neves,
25 Movimento Nacional dos Direitos Humanos; Beatriz Hobold Pastoral da
26 Criança; Fábio Feitosa da Silva, União Brasileira de Educação e Ensino; José
27 Ricardo Calza Caporal, Associação Cristã de Moços; Loiva Terezinha Dietrich,
28 Fundação Fé e Alegria do Brasil; Maria Aurilene Moreira Vidal, Conferência
29 Nacional dos Bispos do Brasil; Maria Ignês R. Souza Bierrenbach, Fundação
30 Abrinq pelos Direitos da Criança; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski,
31 Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Marta Marília Toni, Ordem
32 dos Advogados do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspetoria São João
33 Bosco /Salesianos; Raimunda Nubia Lopes da Silva, Central Unica dos
34 Trabalhadores; Manoel Onofre de Souza Neto, Associação Brasileira de
35 Magistrados e Promotores da Justiça, da Infância e da Juventude; Iralda
36 Cassol Pereira, Sociedade Literária Caritativa Santo Agostinho; e dos
37 convidados Maurício Vian, Consultor da Lumen Consultoria; Eduardo Vieira
38 Barnés, Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena; Adão Irapuitã
39 Brasil, Professor Indígena da Coordenação Geral de Educação da Funai e
40 Rosângela Gonçalves de Carvalho, Assessora Técnica e Coordenadora do
41 Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas da Grande Dourados/MS.
42 Abrindo a discussão sobre o primeiro item da pauta, a Senhora Presidente
43 passou a palavra ao senhor Maurício Vian, consultor encarregado de
44 apresentar a sistematização das contribuições sobre os parâmetros de criação
45 e funcionamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. O senhor
46 Maurício saudou os membros do colegiado e informou que era responsável
47 pela elaboração e sistematização das contribuições que vieram de todo o
48 Brasil. Informou, em seguida, que as referidas contribuições seriam submetidas
49 à Presidência do Conanda ou a membros do Conanda familiarizados com o
50 assunto, que avaliarão a pertinência, o impacto e a necessidade das mesmas
51 serem incluídas ou não no texto enviado aos órgãos para consulta pública nos
52 meses de janeiro, fevereiro e março. Maurício informou, ainda, que os
53 presentes à reunião tinham em mãos o texto com as emendas que foram
54 encaminhadas e que estaria encaminhando à Presidente do Conanda os cinco
55 itens da sistematização. Primeiro item: a relação das entidades que enviaram

56. contribuições. Segundo item: as contribuições de âmbito geral. Terceiro item:
57. as contribuições pontuais com relação aos títulos, capítulos, artigos e etc.
58. Quarto item: as contribuições relacionadas às doações, indicação de projeto ou
59. casadas. Quinto item: um item especial, com sugestões favoráveis e
60. desfavoráveis. Em seguida, propôs que fosse dada mais ênfase ao item dois,
61. contribuições de âmbito geral, contribuições sobre as doações e contribuições
62. de propostas de encaminhamento, pois, segundo ele, não haveria tempo para
63. analisar o terceiro item, sobre contribuições pontuais. Alertou que embora fosse
64. um pouco monótono, deveria haver a leitura do segundo item e não apenas
65. comentário sobre as contribuições de âmbito geral. Maurício destacou que o
66. documento tinha coerência entre suas disposições e com os princípios
67. estabelecidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do
68. Adolescente deixando claro os princípios da prioridade absoluta e competência
69. deliberativa e fiscalizadora dos conselhos, além do fortalecimento desse
70. colegiado nas diversas instâncias da federação. Em relação ao título do
71. documento, sugeriu a inclusão da palavra orçamento para abranger o próprio
72. conteúdo da consulta, fixando parâmetros para o funcionamento dos fundos
73. nacional, estaduais, distrital e municipais da criança e do adolescente. A
74. Senhora Presidente afirmou que tinha dúvidas se o melhor procedimento seria
75. a leitura dessas contribuições, até porque elas poderiam ser retomadas depois.
76. Sugeriu que os presentes fossem direto ao texto e depois retomassem a leitura
77. conforme fosse a necessidade. Maurício, então, alertou a Senhora Presidente
78. que o quarto item teria uma proposta bem objetiva. A Senhora Presidente
79. informou que havia verificado, por exemplo, uma sugestão do comitê de Minas
80. Gerais que substitua uma expressão por outra. Questionou também, se as
81. contribuições das partes três, quatro e cinco não teriam sido incorporadas na
82. apresentação. O senhor Maurício informou que não, porque as mesmas eram
83. de âmbito geral. Maurício alertou que a resolução não obedecia, inicialmente, à
84. técnica legislativa e que, por este motivo, foram selecionadas duas pessoas
85. com formação jurídica, com conhecimento do estatuto e de conselho, para que
86. reescrevessem a resolução em linguagem apropriada. Maurício destacou que a
87. maior parte das contribuições foram favoráveis que o fundo tivesse um CNPJ
88. próprio, enquanto outras defendiam que cada estado e município tivessem
89. liberdade para ter ou não CNPJ. Segundo Maurício, a maior parte dos fundos
90. do Brasil não adotava o CNPJ próprio porque estes não tinham personalidade
91. jurídica e estavam integrados a algum órgão municipal, estadual ou federal.
92. Outro argumento desfavorável é que, em função do princípio da
93. impessoalidade, uma pessoa ou empresa não pode indicar para onde vai o
94. dinheiro público. Maurício destacou ainda que os recursos do fundo deveriam
95. ser destinados a programas e projetos que atendessem às medidas sócio-
96. educativas e de proteção. Isto não significava que ele devesse financiar
97. projetos da educação porque a educação tinha o seu respectivo fundo. A
98. Senhora Presidente abriu as inscrições para perguntas, comentários e
99. sugestões de encaminhamento, uma vez que o debate de conteúdo não seria
100. feito naquele momento, mas posteriormente, pela Comissão de Orçamento e
101. Finanças. Tomando a palavra, o Senhor Rogério Baptista sugeriu que, tendo
102. por paralelo os outros fundos e até para resguardar o Conanda em relação ao
103. Ministério Público, o assunto do Fundo fosse tratado como decreto. Em
104. seguida, o Senhor José Ricardo Calza Caporal afirmou que era engano pensar
105. que só o fundo dava resposta orçamentária a todas as políticas públicas e que
106. a resolução deveria dar linhas mestras e diretrizes e, posteriormente, em um
107. segundo documento, tentar materializar essas diretrizes. A conselheira Maria
108. Júlia Deptulski afirmou que, salvo engano, o fundo criança era parte do
109. orçamento criança que, por sua vez, não se limitava ao primeiro. Sugeriu
110. também, que o Colegiado aprofundasse a discussão sobre doações casadas,

111 consultando os tribunais de conta a este respeito. A conselheira Maria Ignês
112 perguntou ao Senhor Maurício como havia ficado a questão da transferência
113 fundo a fundo e se esta questão fez parte do processo de discussão para a
114 elaboração dos Parâmetros e, em que momento foi descartado e por quê. O
115 conselheiro Ariél cumprimentou o Senhor Maurício pelo trabalho e sugeriu a
116 criação de um grupo de trabalho, com finalidades, objetivos, prazos e produto
117 final que seria a revisão da resolução sob os parâmetros dos fundos, com a
118 participação da ABMP e da OAB. O conselheiro Manoel Onofre esclareceu
119 que o Foncaj era o fórum que congregava todos os coordenadores dos centros
120 de apoio operacionais, órgãos responsáveis pela deliberação da política da
121 criança e do adolescente no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais e que
122 no Foncaj apenas dois coordenadores discordaram do documento
123 encaminhado. Afirmou ainda, que a ABMP achava imprescindível a criação de
124 um grupo de trabalho para propor encaminhamentos com questões mais
125 pontuais em especial, a questão das doações casadas, assunto sobre o qual
126 existiam divergências no Ministério Público. Retomando a palavra, a Senhora
127 Presidente disse que a Comissão de Orçamento e Finanças deveria retomar a
128 discussão e trazer na seqüência algumas sugestões. Informou que, além dos
129 pontos já sinalizados pelo Senhor Maurício, foram agregadas as sugestões da
130 AMBP e do Fórum Nacional DCA. Sugeriu, ainda, que o tema que a
131 conselheira Maria Ignês havia trazido sobre doação fundo a fundo, deveria ser
132 retomado, cabendo à Comissão de Orçamento e Finanças apreciar a sugestão
133 apresentada pelo Senhor Maurício e ratificada pelo conselheiro Ariél sobre a
134 constituição de um grupo de trabalho. Em seguida, o conselheiro Rogério
135 sugeriu que o decreto tratasse de aspectos gerais e a resolução, por sua vez,
136 dos aspectos operativos. A Senhora Presidente declarou encerrada a primeira
137 parte da reunião informando que as pastas com os materiais da Assembléia
138 estavam disponíveis para todos. Perguntou-se a comissão desejava a presença
139 do Senhor Maurício na parte da tarde. Diante da resposta afirmativa, sugeriu
140 que a discussão acontecesse no primeiro momento do turno vespertino, para
141 dispensar o convidado em seguida e continuar com o trabalho da Assembléia.
142 Abrindo a segunda parte da reunião, a Senhora Presidente passou a palavra às
143 conselheiras Elizabeth e Cristina, para coordenarem o debate sobre "Diretrizes
144 da Política de Atendimento dos Direitos das Crianças Indígenas". Abrindo o
145 debate, a conselheira Cristina afirmou que atualmente havia um quadro crítico
146 de violação dos direitos das crianças indígenas, muitas das quais estavam em
147 situação de desnutrição. Informou que a conselheira Aida havia passado um
148 informativo da situação do Mato Grosso do Sul, onde quarenta crianças com
149 menos de cinco anos de idade estavam se recuperando da subnutrição.
150 Ressaltou, ainda, que havia casos de envolvimento de adolescentes com
151 drogas, alcoolismo, tráfico de crianças indígenas, entre outras. Estas denúncias
152 haviam chegado ao Conanda, solicitando providências e intervenção. A
153 conselheira destacou que havia duzentos e oitenta povos indígenas
154 distribuídos em todo o território brasileiro, com costumes, tradições e
155 organizações sociais distintas. Portanto, a situação exigia do conselho um
156 estudo mais aprofundado, ouvindo os especialistas da área e as lideranças
157 indígenas, para avançar na compreensão do assunto e na definição de
158 diretrizes e políticas voltadas para essas crianças. Para abordar o tema,
159 convidou o Senhor Eduardo Vieira Barnes do Ministério da Educação, para
160 falar sobre "Povos indígenas, educação e diversidade: subsídios para as
161 formas de conselho no Brasil"; e os professores de educação indígena Adão
162 Brasil e Helena de Biase, ambos da Funai, para falar sobre "Cultura e
163 Educação"; e a Senhora Rosângela Gonçalves de Carvalho, Assessora
164 Técnica e Coordenadora do Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas
165 da Grande Dourado do Mato Grosso do Sul. Como debatedoras, convidou a

166 Senhora Keise Gonzaga da Secretaria Geral da Presidência da República, a
167 Senhora Helena Oliveira representante do Unicef e a Senhora Leilá Leonardos,
168 da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
169 Antes de passar a palavra aos convidados a conselheira Cristina fez uma
170 contextualização sobre o tema a partir dos documentos e ofícios que chegaram
171 à Secretaria Executiva do Conanda. Ressaltou que a Constituição Federal no
172 seu artigo duzentos e trinta e um garantia aos índios as suas peculiaridades
173 quanto à organização social, costume, línguas, crenças e tradições. Lembrou
174 que era importante a criação de grupos específicos de trabalho para assuntos
175 que contemplassem a proteção integral dessas crianças junto aos conselhos
176 de direitos e tutelares. Informou sobre a Resolução nº 91 do Conanda e sobre
177 as disposições da Lei nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, que se
178 baseavam, por sua vez, na Convenção nº 169 da Organização Internacional do
179 Trabalho - OIT que orienta a consulta e participação dos povos interessados
180 além do direito desses povos de decidirem sobre as suas prioridades de
181 desenvolvimento, na medida em que afetasse suas vidas, crenças, instituições,
182 valores e a própria terra que ocupavam ou utilizavam. A conselheira lembrou
183 que em novembro de dois mil e quatro, o Conanda realizou a primeira oficina
184 para discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente e as populações infanto-
185 juvenis indígenas, quando foram debatidos os aspectos jurídicos para
186 aplicação do Estatuto aos povos indígenas e a violação de direitos que ocorria
187 naquele período. O objetivo dessa oficina foi estabelecer o correto
188 entendimento jurídico da aplicação do Estatuto para a realidade indígena,
189 respeitando as suas peculiaridades. Em dois mil e cinco e dois mil e seis,
190 devido ao aumento de denúncias ao Conanda, o assunto esteve presente em
191 assembleias e reuniões da Comissão de Políticas Públicas, com
192 representantes da Funasa e do MEC. Em dois mil e seis, houve um encontro
193 em Campo Grande para discutir a atuação dos conselhos tutelares e, em
194 especial, os que atuam nas regiões dos guaranis e kaiowás do Mato Grosso do
195 Sul. Tomando a palavra, a conselheira Aida Elizabeth, afirmou que cento e
196 noventa mil índios viviam fora das terras indígenas, representando cerca de
197 duzentos e vinte povos, que falam por volta de cento e oitenta idiomas. Destes,
198 existiam cinquenta e três grupos isolados, alguns com dois ou três indivíduos.
199 A conselheira destacou também que, enquanto as populações não-indígenas
200 tinham expectativas de vida que oscilavam entre setenta e oitenta anos, entre
201 os índios este índice caía para quarenta e cinco anos, e meio. Em seguida, o
202 Senhor Eduardo Barnes informou que, apesar dos prognósticos negativos, hoje
203 havia menos povos ameaçados de extinção do que na década de mil
204 novecentos e sessenta, o que representava um processo de conquista de
205 cidadania. Destacou também, que a formação dos conselheiros era um
206 importante instrumento para que eles pudessem, no plano local, contribuir para
207 a construção democrática com esses sujeitos de direitos. O Senhor Adão Brasil
208 alertou para o fato de que, na política indigenista geralmente as coisas só eram
209 feitas depois que ocorressem os problemas. Afirmou que era louvável o
210 trabalho do Conanda. Segundo ele, o Ministério Público estava atuando na
211 fiscalização da aplicação dos recursos. A Senhora Helena de Biase informou
212 que a oferta de educação no ensino fundamental havia aumentado
213 significativamente dentro das aldeias, embora a mesma não tenha sido
214 acompanhada pela melhoria de qualidade, ou seja, havia muito mais escolas,
215 mas o direito indígena à diversidade e à qualidade de ensino não estava
216 garantido. Em seguida, a conselheira Cristina passou a palavra ao antropólogo
217 Jersem Santos Luciano, que abordou o tema "Negação da diversidade e
218 desrespeito aos direitos: como intervir?" O palestrante afirmou que existia um
219 enorme desafio. Para ele, era preciso pensar no respeito não só à diversidade,
220 mas também ao reconhecimento da diversidade e o que isso significava como

221 conseqüência. Na seqüência dos trabalhos, a conselheira Alda convidou a
 222 Senhora Rosângela Gonçalves de Carvalho a tomar a palavra para falar sobre
 223 a situação dos índios em Campo Grande. A palestrante considerou que a
 224 principal questão era a fundiária e chamou a atenção para a questão da
 225 desnutrição e da adoção de crianças por famílias de brancos nacionais e
 226 internacionais. Em seguida, a Senhora Leilá abordou a questão do registro civil
 227 das crianças indígenas como primeiro passaporte para o exercício dos outros
 228 direitos. Segundo ela, existiam diversas etnias e cada uma com suas
 229 particularidades e que, infelizmente, não tinham princípios de relações
 230 interétnicas em um estado plural. Em seguida, a conselheira Alda passou a
 231 palavra a Senhora Kenis Gonzaga, da Secretaria Geral da Presidência e
 232 integrante da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas, para as suas
 233 considerações sobre o tema. Após a exposição da Senhora Kenis, a
 234 conselheira Cristina informou que haviam quatro pessoas inscritas para o
 235 debate. Após este, a conselheira Mirian questionou se havia um órgão federal
 236 articulador de todas essas ações e que monitorasse este trabalho. E, ainda, se
 237 o Estatuto do Índio havia sido aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado
 238 pelo Presidente da República. O conselheiro Ricardo Caporal propôs que no
 239 planejamento do Conanda, ação "Observatório Criança Brasil" houvesse um
 240 destaque especial para a criança indígena. A conselheira Núbia sugeriu que o
 241 Conanda fizesse uma interlocução com os Conselhos Nacional de Educação e
 242 de Saúde para discutir e encaminhar as questões. A conselheira Dolores
 243 informou que o grupo Jocun havia solicitado a entrega da Cartilha sobre
 244 Criança Indígena, informando que aquele grupo já estava desenvolvendo
 245 trabalhos com as comunidades indígenas no sentido de preservação da vida. O
 246 conselheiro Adão informou que no Mato Grosso do Sul os índios estavam
 247 fazendo capacitação por intermédio do projeto da Funai em parceria com o
 248 MEC, porém alertou para a necessidade de um decreto estabelecendo que as
 249 universidades federais e privadas atendessem o índio no tocante a bolsa de
 250 estudo. O conselheiro Jersem afirmou que no Brasil havia uma cultura de não
 251 cumprimento da lei e que o grande problema era também a existência de
 252 conflitos e a falta de coordenação das políticas do governo. Encaminhamentos
 253 provados pela Plenária sobre o Debate: 1) Realizar uma pactuação de direitos
 254 humanos, envolvendo governo e entidades, organização da localidade e a
 255 capacitação de Conselhos Tutelares; 2) Inserir no fluxo do sistema de justiça as
 256 especificidades; 3) Reafirmar a capacitação de Conselhos Tutelares com a
 257 participação da Funai; 4) Realizar uma consulta aos conselhos nacionais de
 258 Saúde, Educação e Assistência para identificar as ações sobre a criança e o
 259 adolescente indígena; 5) Participar da Reunião em Manaus no dia onze de
 260 setembro próximo; 6) Fazer articulação com os responsáveis pela implantação
 261 do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária; 6) Criar espaço
 262 comunicação inter étnico entre os operadores de direito e a comunidade
 263 indígena; 7) Investir na formação de profissionais e de conselheiros dos
 264 direitos e conselheiros Tutelares qualificando – os quanto aos aspectos éticos
 265 e culturais e situações de conflitos; 8) Investir na produção de matérias para os
 266 profissionais não índios e indígenas, apoiando e fortalecendo o Conselho
 267 Tutelar mas não deixando enfraquecer o papel das lideranças indígena
 268 tradicionais, trabalhando preventivamente em parceria ao Ministério Público; 9)
 269 Fortalecer e resgatar a autonomia, a visão de futuro e a auto-estima das
 270 lideranças e conseqüentemente diminuir o acesso ao consumo de álcool e as
 271 conseqüências do alcoolismo (violência, abuso, suicídios, homicídios); 10)
 272 Deflagrar Campanhas e articulação para interface com outros conselhos de
 273 forma que se obtenha participação efetiva dos indígenas no processo de
 274 formulação de políticas voltadas as especificidades locais; 11) Revisão da Lei
 275 de Registro civil público de nascimento, (em andamento); 12) MS – Grave

276 situação de adoção nacional e internacional de crianças indígena por famílias
277 de brancos no Estado de Mato Grosso do Sul. O Plano Nacional de
278 Convivência Familiar e Comunitária pode intervir nesta situação?; 13) Incluir
279 no observatório - sala de situação específica a criança indígena; 14) Incluir a
280 ação indígena nos Módulos Temáticos da capacitação à distância de
281 conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares realizada pela FIOCRUZ; 15)
282 A Comissão de Orçamento e Finanças deverá propor ações estratégicas para
283 apoiar projetos de capacitação e produção nacional; 16) Na Assembléia
284 Descentralizada pontuar questões locais e pautar a temática no Cenário
285 Nacional; 17) Sugerir ao Ministério da Justiça a indicação de representante da
286 Funai Órgão integrante da sua estrutura para ocupar a vaga de suplência no
287 Conanda. Neste momento a Senhora Presidente anunciou a presença do
288 Senhor Alex, conselheiro tutelar de Santo André / SP e representante da
289 Associação do Fórum Regional de Conselheiros Tutelares do ABC MMR e do
290 Senhor Fernando, Conselheiro dos Direitos de Santo André / SP. Em seguida,
291 a conselheira Marta Tonin assumiu a coordenação dos trabalhos sobre o tema
292 "Discussão de propostas de encaminhamentos relativos à atuação dos
293 conselhos tutelares (anteprojeto lei sobre conselhos tutelares)". Tomando a
294 palavra, o conselheiro Alex afirmou que uma lei federal seria mais apropriado
295 para dar as diretrizes mínimas de funcionamento por parte dos municípios para
296 os conselhos tutelares e também obrigações aos conselheiros. O conselheiro
297 Ariel sugeriu a formação de um novo grupo no Conanda para tratar da
298 elaboração do anteprojeto. Destacou, ainda, que a prioridade do conselho em
299 dois mil e sete foi o Projeto da Lei de Execução das Medidas Socioeducativas.
300 A conselheira Maria Dolores afirmou que o conselho deveria assumir com
301 ousadia o seu papel de definidor de normas e regulamentadoras de
302 procedimentos. A conselheira Miriam manteve a sua proposta de aprovar uma
303 resolução e encaminhar um projeto de lei para o Congresso Nacional. Nesse
304 momento houve uma discussão, se o Conselho adotaria resolução ou
305 anteprojeto, ou ambos. Por votação, ficou estabelecido que o Conanda faria
306 uma revisão da resolução seguida de anteprojeto. Após a votação, a Senhora
307 Presidente declarou encerrado este ponto de pauta. Em seguida, passou-se a
308 discussão sobre "Mandado de Segurança sobre a proposta de rebaixamento da
309 idade penal e sobre as propostas orçamentárias dos PPA dos diversos
310 Ministérios". Nesse momento, foi sugerida a leitura da Ata da Assembléia do
311 mês de julho do corrente ano, no intervalo do almoço. Ficou estabelecido que
312 seriam discutidos, doravante, dois pontos de pauta: o PPA e o Relato da
313 Comissão da VII Conferência. Prosseguindo, a Comissão da VII Conferência
314 informou que as empresas Aplauso e Nasce foram contratadas e estarão
315 presentes a partir da próxima semana, para atuarem junto com o Conselho na
316 organização da Conferência. A respeito da questão dos grupos culturais, ficou
317 estabelecido que cada um deles que vier para a Conferência arcará com as
318 despesas de passagem e hospedagem, ficando os custos com alimentação por
319 conta do evento. Em seguida, houve uma discussão sobre o parecer jurídico
320 relativo à questão da votação dos adolescentes. Foram identificadas, a esse
321 respeito, duas posições: a primeira que considerou suficiente a discussão
322 acumulada até agora; e a segunda, de que deveria ser encaminhado parecer
323 para apreciação da Assessoria Jurídica da Presidência da República. Feita a
324 votação sobre as duas propostas, ficou estabelecido que não seria necessário
325 encaminhar o assunto a Assessoria Jurídica da Presidência da República. O
326 conselheiro Ricardo Caporal sugeriu a criação de um GT interno composto por
327 membros da comissão, que trabalhassem até o mês de setembro,
328 apresentando uma proposta com mais clareza. O conselheiro Fábio informou
329 que estava apresentando sete projetos do edital de dois mil e sete, para serem
330 deliberados pela plenária. Em seguida, apresentou a relação dos projetos

331 conforme segue: a) municipalização das medidas sócio-educativas; b)
 332 realização de seminários municipais e estaduais para implementação dos
 333 Sinase; c) formação continuada dos profissionais do sistema sócio-educativo;
 334 d) fortalecimento do núcleo especiais de defesa do adolescente em conflito
 335 com a lei; e) equipagem de ambulatórios de saúde das unidades de internação;
 336 f) realização de pesquisa estadual do sistema sócio educativo. A Senhora
 337 Angélica esclareceu que existia uma Portaria Interministerial assinada pelo
 338 Ministério da Saúde e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH,
 339 que definia responsabilidades na implementação do sistema socioeducativo -
 340 Sinase. A conselheira Aurilene solicitou esclarecimentos a Senhora Presidente
 341 no tocante aos problemas referentes aos projetos dos estados, indagando se
 342 os mesmos já haviam sido resolvidos e se já estavam em processo de
 343 assinatura de convênio. A esse respeito, foi informado que na parte da tarde os
 344 conselheiros receberiam uma tabela com a relação dos convênios que foram
 345 pagos, empenhados e os que estão em análise. A respeito dos projetos das
 346 capitais, a conselheira Miriam perguntou a Senhora Presidente se seria
 347 reeditado o edital ou se haveria novo edital. Em seguida, houve uma discussão
 348 referente ao projeto de comunicação da Andi / Cipó, que estava em
 349 andamento. Foi informado, que no dia 31 de agosto haverá uma reunião com a
 350 Comissão de Mobilização e Informação, onde a conselheira Aurilene
 351 representará a comissão e passará as informações aos demais conselheiros na
 352 próxima plenária do Conselho. Quanto ao encontro referente ao Orçamento
 353 Criança, para cruzamento das planilhas do Inesc, do Orçamento Criança e
 354 Adolescente - OCA e do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente
 355 - PPACA, será realizado em setembro, buscando também o monitoramento do
 356 Orçamento Criança Brasil. Sobre o item cinco, gestão de recursos, foi pedida a
 357 atenção dos conselheiros para que solicitassem a todas as comissões, bem
 358 como a SPDCA, suas ações estratégicas visando priorizá-las no planejamento
 359 de dois mil e sete e dois mil e oito. Ficou acertado, ainda, que a mesa diretora
 360 continuará se reunindo com os coordenadores das comissões. Quanto à
 361 questão do orçamento e do valor dos projetos que não foram apresentados por
 362 falta de alguns dados, os mesmos serão apresentados na plenária do mês de
 363 setembro. Foi esclarecido o procedimento utilizado para a análise das planilhas
 364 apresentadas e os seus resultados, tendo sido sugerido à equipe da SPDCA
 365 que, nas próximas reuniões das comissões, os integrantes das equipes
 366 apresentassem as demandas dos programas já consensuados à Comissão de
 367 Orçamento e Finanças. O ponto seguinte da pauta foi a Resolução N° 105 do
 368 Conanda "Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos
 369 Direito", Artigo 21, onde estabelece que os Conselhos dos Direitos da Criança
 370 e do Adolescente no prazo de dois anos contados da data de publicação desta
 371 resolução devia adequar suas normativas aos parâmetros para criação e
 372 funcionamento aqui definidos. A comissão, por unanimidade, concordou em
 373 encaminhar correspondência aos conselhos municipais, distrital e estaduais
 374 referente a esta resolução. A Secretaria Executiva terá dez dias para
 375 elaboração de documento e para enviar aos conselheiros da Comissão de
 376 Mobilização e Formação que, por sua vez, terão prazo de dois dias para
 377 manifestação. Depois disso, as contribuições serão encaminhadas aos
 378 conselhos dos direitos municipais, distrital e estaduais, que terão prazo de
 379 sessenta dias para resposta. A plenária deliberou sobre os dois nomes para o
 380 GT Sinase, sendo designada à conselheira Marta como titular e a conselheira
 381 Aurilene como suplente. Foi sugerido que as publicações do Conanda
 382 contêmham a relação atualizada dos conselheiros, pois alguns impressos de
 383 dois mil e sete saíram erroneamente com a composição do mandato anterior.
 384 Em relação à Comissão de Políticas Públicas, no tocante ao GT / PETI, foi
 385 informado sobre o pedido de audiência com o Ministro do Trabalho Carlos Lupi,

386 deliberado na Assembléia passada. A audiência havia sido solicitada e
387 aguardava-se o agendamento. Ficou acertado que no dia onze de setembro
388 haverá a reunião do GT / PETI. Acerca do GT de Medidas Socioeducativas, a
389 primeira reunião foi deliberada na reunião passada, depois da entrega do plano
390 do projeto de lei das medidas socioeducativas. Da reunião do dia sete de
391 agosto participaram, principalmente, os conselheiros da sociedade civil, e a
392 conselheira Deusinéa representando o governo e o Secretário Executivo do
393 Conselho. Nesta reunião, foi discutida a questão do mandado de segurança
394 contra o rebaixamento da idade penal, aprovado na plenária do Conanda do
395 mês de abril. Foram discutidas as implicações pró e contra do mandado,
396 ficando acertado o agendamento de reunião com a Frente Parlamentar pelo
397 Direito da Criança e do Adolescente para discutir o melhor encaminhamento a
398 ser feito pelo Conanda. Em seguida, foi declarada encerrada a discussão
399 sobre o PPA. O conselheiro Fábio propôs, a respeito do GT, que continuasse a
400 proposta, mas que se agilzasse essa questão e na próxima plenária
401 apresentasse proposta de implantação do Sinase. Com relação à reunião com
402 o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ficou remarcada para o dia
403 quatorze de agosto, às quatorze horas, para discutir o plano operativo do Plano
404 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Em seguida, a conselheira
405 Miriam leu a resolução elaborada pela Secretaria Executiva, para ser aprovada
406 na assembléia. Ficou estabelecido que a próxima Assembléia Descentralizada
407 acontecerá nos dias três e quatro de outubro em Campo Grande / MS. A
408 Comissão de Políticas Públicas indicou o conselheiro Leandro para representar
409 o Conanda na reunião do dia onze de setembro em Manaus /AM, que discutirá
410 a questão do registro de nascimento dos povos indígenas. Foi informado que a
411 Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria
412 de Políticas para as Mulheres, juntamente com o Fundo das Nações Unidas
413 para a Mulher havia convidado o Conanda para o lançamento do livro
414 "Mulheres Negras do Brasil", no Foyer do Teatro Nacional. Foi informado
415 também, que a CECAD / MEC lançará na próxima semana edital para projetos
416 educacionais, inclusive na área de educação integral, por meio do qual o
417 governo federal pretende repassar recursos para entidades civis sem fins
418 lucrativos, estados, municípios e universidades. Em seguida, foi passada a
419 palavra à Senhora Rosimeri de Sousa, Coordenadora do Programa de Direitos
420 Humanos e Gestão Pública do Instituto Brasileiro de Administração Municipal,
421 que apresentou o relato da pesquisa feita pelo IBAM em dois mil e cinco e dois
422 mil e seis, sobre a gestão das medidas socioeducativas em meio aberto.
423 Encaminhamentos das Comissões: **1) Comissão de Políticas Públicas: a)**
424 Agendar reunião com a Frente Parlamentar para depois decidir os passos a
425 serem seguidos. Responsáveis: - Presidente e Secretário Executivo; **b)**
426 Encaminhar cópia do mandado aos conselheiros via e-mail; **c) GT Ampliado -**
427 Manter contatos com os integrantes do GT articulado entre o Unicef, Frente
428 Parlamentar, Cedca, Conanda e SPDCA para fazer parte do GT de Medidas
429 Socioeducativas :Responsáveis pelo contato: Secretário Executivo e
430 Coordenação do GT; **d) GT / PL Execução das Medidas Socioeducativas:** Cada
431 Comissão avaliar a melhor forma de funcionamento do GT , formular propostas
432 a serem apresentadas na próxima plenária para deliberação; **e) Secretaria**
433 **Executiva** solicitar informações sobre o caso Champinha à Juíza Corregedora
434 do Departamento Execuções da Infância e da Juventude de São Paulo sobre o
435 andamento do seu processo; **f) Secretaria Executiva** verificar a possibilidade
436 dos conselheiros Maria Luiza ou Antonio representar o Conanda no Seminário
437 do Fonacondica no Estado do Amazonas nos dias vinte e nove, trinta e trinta e
438 um de agosto de dois mil e sete. Secretaria Executiva providenciar o
439 deslocamento do conselheiro (a); **g) O conselheiro Leandro** irá representar o
440 Conanda no evento sobre Registro Civil no Estado do Amazonas (Sem custos);

441 h) Reunião conjunta das Comissões de Políticas Pública do Conanda e do
442 CNAS, dia quatorze de agosto de dois mil e sete, das quatorze às dezoito
443 horas. Foram indicados os conselheiros: Antonio e Miriam, (providenciar o
444 deslocamento) Núbia (sem custos), Carmen e Thereza, (Governo); na próxima
445 reunião agendar a reunião na data que antecede ou posterior a Assembléia do
446 Conanda; i) Assembléia Descentralizada, no mês de outubro em Mato Grosso
447 do Sul – conselheiras Alda e Cristina responsáveis pela programação e
448 levantamento de informações – Confirmada data para os dias dois, três e
449 quatro de outubro de dois mil e sete (dia 2 à noite audiência pública); J) Carta
450 de Belém – Secretária Executiva encaminhar às autoridades: Governadora do
451 Estado, Procurador Geral de Justiça do Estado, Presidente do Tribunal de
452 Justiça do Estado, Corregedor-Geral de Justiça do Estado, Juizes e
453 Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (capital), Coordenação do
454 Centro de Apoio às Promotorias da Infância e da Juventude do Estado,
455 Fundação da Criança e do Adolescente – Funcap, Conselhos Estadual e
456 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares,
457 Secretarias de Estado da Justiça, de Segurança Pública e Defesa Social, de
458 Desenvolvimento Social, da Educação, da Saúde; Delegado Geral da Polícia
459 Civil, Comandante da Polícia Militar, Superintendentes da Polícia Federal e da
460 Polícia Rodoviária, Fórum Estadual DCA, Entidades Não Governamentais e de
461 Enfrentamento à Violência Sexual, para que tomem as providências cabíveis
462 em suas respectivas atribuições e competências, caso ainda não tenham sido
463 efetuadas; l) Presidente do Conanda oficial ao Ministério da Justiça sugerindo
464 que a vaga de suplente seja preenchida por representante da Funai (Órgão
465 integrante da estrutura daquele Ministério); m) Encaminhamento do Relatório
466 Preliminar de Vistoria do Conanda na Febem – Complexo Tatuapé via e-mail
467 para sugestões, principalmente nas conclusões e recomendações – prazo
468 quinze dias. 2) **Comissão de Mobilização e Formação:** a) Reformulação da
469 resolução 75 e elaboração de projeto de lei - Emissão de Edital – Sugestões
470 de nomes para concorrer ao edital deverão ser enviados à Comissão até o final
471 do mês; b) Priorizar a agenda para um dia antes da Assembléia do mês de
472 setembro (meio turno) o Treinamento em Mídia (preparação dos conselheiros
473 em mídia Training), c) Secretária Executiva elaborar dentro de dez dias
474 documento sobre a adequação das normativas aos Parâmetros para criação e
475 funcionamento dos Conselhos dos Direitos e Fundos, disposto na Resolução
476 105 do Conanda e enviar à Comissão para análise; d) Comissão encaminhar
477 resposta à Secretária Executiva no prazo de dois dias com as adequações
478 necessárias; e) Secretária Executiva oficial os Conselhos Estaduais dos
479 Direitos com cópia aos Conselhos Municipais, estabelecendo o prazo de
480 sessenta dias para as respostas; f) Secretária Executiva e SPDCA incluir
481 relação dos conselheiros da atual gestão nas publicações feitas pela SEDH /
482 SPDCA / Conanda; g) Secretária Executiva solicitar informações sobre o
483 processo de elaboração do Relatório Governamental a ser enviado à ONU,
484 com o envolvimento dos ministérios; h) Secretário Executivo efetuar consulta
485 sobre o papel do Conanda na elaboração de Parâmetros para criação e
486 funcionamento de Varas Especializadas e Defensorias Públicas; i) Proposta da
487 Comissão para indicar um representante da Comissão na análise dos
488 documentos sobre Fundos dos direitos. 3) **Comissão de Orçamento e**
489 **Finanças** a) Repassar o material da sistematização dos parâmetros sobre a
490 criação e funcionamentos dos fundos dos direitos a todos os conselheiros via
491 e-mail; b) SPDCA solicitar Projetos sobre Liberdade Assistida a doze
492 Prefeituras que não encaminharam seus Projetos na época do Edital; c)
493 SPDCA elaborar planilha contendo a relação dos projetos que já foram pagos e
494 relação dos projetos que estão em análise para apresentar na próxima
495 plenária; d) Realizar reunião com a Andi para tratar do Projeto de Comunicação

496 do Conanda – Representantes da Comissão: Carmen e Fábio; e) Reunião
497 conjunta da Comissão de Orçamento e Finanças e Comissão de Mobilização e
498 Formação – Dia trinta e um de dois mil e sete; f) Realizar Encontro na
499 Assembléia do mês de setembro para discutir o cruzamento dos recursos
500 contidos nas planilhas do Orçamento Criança e Adolescente - OCA e do Plano
501 Presidente Amigo da Criança e do Adolescente – PPACA; (um dia a mais) g)
502 Secretaria Executiva solicitar a todas as Comissões o levantamento das ações
503 efetivas de cada uma delas até o final do exercício e apresentá-lo na próxima
504 plenária; h) Participação de técnicos da SPDCA em todas as Comissões a partir
505 da próxima plenária; i) Encaminhar as planilhas orçamentárias (orçamento
506 2007) a todos os conselheiros; 4) **Comissão Organizadora da VII**
507 **Conferência Nacional:** a) Realizar reunião com a Empresa contratada para
508 apoio logístico à VII Conferência Aplauso / Nasce a fim de construir
509 planejamento das ações a serem realizadas e apresentadas na próxima
510 plenária – Responsáveis: Cristina e Fábio; b) Definição orçamentária para a
511 Conferência para decisão de ações a serem desenvolvidas; c) Definição até à
512 próxima plenária dos grupos artísticos que irão se apresentar na Conferência;
513 d) Solicitar aos grupos que irão se apresentar release das apresentações até o
514 dia 30 de agosto; e) Encaminhar e-mail aos conselheiros solicitando currículo
515 dos facilitadores para serem encaminhados ao Nasce até o dia 30 de agosto; f)
516 Inserir no site do Conanda a solicitação de currículo dos facilitadores; g)
517 Garantir a participação das comunidades indígenas, quilombolas, deficientes,
518 etc. como convidados da VII Conferência Nacional – Cristina e Fábio irão
519 manter contatos com as representações nacionais dos referidos seguimentos e
520 apresentar os resultados na próxima reunião da Comissão para análise e
521 apresentação de propostas na plenária do mês de setembro; h) A Presidente
522 solicitar a SEDH e a Presidência da República parecer sobre a questão da
523 votação de adolescentes nas deliberações da VII Conferência Nacional; i)
524 Elaborar calendário das Conferências Estaduais – Responsável Jaqueline; 5) -
525 **Encaminhamentos Sobre os Informes:** a) Agenda Social – A Presidente
526 apresentar na próxima plenária as metas e a participação de cada ministério,
527 enviar aos conselheiros via e-mail documento do Pronasci e convidar
528 representante do Ministério da Justiça para apresentar o Programa na próxima
529 plenária do Conanda; c) Maria Luiza enviar aos conselheiros via e-mail relatório
530 do Encontro Conjuj; d) Pesquisa do Ibam – repassar relatório completo aos
531 conselheiros via e-mail. Não tendo mais nada a ser tratado, a Senhora
532 Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a
533 Assembléia; Para constar, esta ata após lida e aprovada será assinada pela
534 Senhora Presidente.


Carmen Silveira Oliveira
Presidente

535
536
537
538